



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E
SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE
POLÍTICAS SOCIAIS VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E
JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo Fluxos Migratórios e Políticas Sociais)

**Mulheres migrantes em casas de passagem: uma
análise a partir do feminismo marxista**

Tayla Queiroz Bernardes C. Ferreira¹

Luciane Pinho de Almeida²

Resumo: Os processos migratórios contemporâneos têm se intensificado e assumido configurações marcadas por profundas desigualdades sociais. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar a migração feminina em casas de passagem a partir do referencial do materialismo histórico-dialético e do feminismo marxista. O artigo discute a feminização das migrações e as vulnerabilidades específicas que atravessam a migração de mulheres, expressas em violências, precarização do trabalho e sobrecarga do cuidado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter participante, realizada por meio de rodas de conversa com mulheres migrantes em uma casa de passagem. A análise indica que classe, sexo e raça operam de forma articulada, estruturando as trajetórias migratórias e as condições de existência dessas mulheres.

Palavras-chave: migração; feminização das migrações; casas de passagem; mulheres migrantes; políticas sociais.

Abstract: Contemporary migratory processes have intensified and assumed configurations marked by profound social inequalities. In this context, this study aims to analyze female migration in transit shelters based on historical-dialectical materialism and Marxist feminism. The article discusses the feminization of migration and the specific vulnerabilities that shape women's migration, expressed through violence, labor precarization, and care overload. This is a qualitative, participatory research conducted through discussion groups with migrant women in a transit shelter. The analysis indicates that class, gender, and race operate in an articulated manner, structuring women's migratory trajectories and conditions of existence.

Keywords: migration; feminization of migration; transit shelters; social policies.

I. INTRODUÇÃO

¹ Psicóloga; Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Universidade Católica Dom Bosco - UCDB; Bolsista CAPES taylaq1@gmail.com.

² Assistente Social; Professora no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia Universidade Católica Dom Bosco – UCDB; Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela UNESP; lpinhoa@hotmail.com



Os deslocamentos humanos ocupam lugar de destaque no cenário mundial contemporâneo e expressam as profundas desigualdades que atravessam a sociedade capitalista. O aumento dos fluxos migratórios está diretamente relacionado às crises econômicas, políticas e sociais, que produzem formas de exclusão, precarização da vida e violação de direitos, nesse contexto, a migração não pode ser compreendida apenas como um fenômeno demográfico, mas como expressão das contradições das relações sociais.

Dados do Relatório Mundial das Migrações (2024) apontam que há atualmente 281 milhões de migrantes internacionais, sendo 135 milhões de mulheres, o que corresponde a aproximadamente 3,5% da população feminina mundial (OIM, 2024). No contexto brasileiro, informações do Relatório Anual do OBMigra (2023) indicam que, entre 2013 e 2022, houve um crescimento significativo no número de mulheres migrantes, ao lado de crianças e adolescentes, evidenciando a consolidação da feminização das migrações no país nos últimos anos.

A feminização das migrações refere-se ao aumento do número de mulheres nos fluxos migratórios em escala global, bem como às questões específicas que envolvem suas experiências nesse processo. De acordo com Marinucci (2007), a chamada feminização das migrações reflete, em parte, a busca de milhões de mulheres por maior autonomia frente às determinações materiais que atravessam suas condições de existência. Por meio do deslocamento, muitas enfrentam realidades limitadoras em seus contextos de origem e optam por assumir riscos significativos como parte do processo migratório.

Dessa forma, a feminização das migrações também evidencia as desigualdades e violências vivenciadas pelas mulheres em uma sociedade capitalista, patriarcal e racista, nas quais as relações de classe, sexo e raça operam de forma articulada, produzindo vulnerabilidades específicas ao longo dos percursos migratórios.

O presente trabalho apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa vinculada ao projeto *“Entre flores, espelhos e faces desiguais: a dialética da força feminina nos deslocamentos humanos”*, financiado pela FUNDECT/MS.

No primeiro momento da investigação, foram acompanhados encontros semanais, realizados em formato de rodas de conversa, com mulheres migrantes acolhidas em uma casa de passagem. Este estudo, ainda em andamento, busca articular o referencial do materialismo histórico-dialético e do feminismo marxista com observações preliminares da investigação em andamento, partindo da compreensão de que as vivências das mulheres migrantes expressam as contradições das relações sociais de classe, sexo e raça. O texto está organizado em duas partes: na primeira, aborda-se a migração feminina e a produção das vulnerabilidades a partir das bases teóricas que orientam a análise; na segunda,



apresentam-se os achados iniciais da pesquisa em andamento, articulados a uma reflexão crítica sobre as casas de passagem e as experiências das mulheres migrantes.

II. MIGRAÇÃO, VIOLÊNCIAS E PRODUÇÃO DE VULNERABILIDADES

As crises globais intensificam os fluxos migratórios e aprofundam as vulnerabilidades das mulheres migrantes e refugiadas, que, na intersecção entre raça, classe e sexo, estão expostas a múltiplas formas de violência. Mulheres em fluxos migratórios estão suscetíveis a necessidades específicas dada a sobreposição das categorias “mulher” e “migrante”, as quais produzem um quadro de dupla exclusão. Trata-se de uma característica que diferencia a migração feminina, pois os riscos de violência acompanham o deslocamento de seus corpos (ROSA, 2019).

Os obstáculos enfrentados por essas mulheres junto a vias de migração regulares restritivas³ contribuem para as migrações irregulares⁴ que aumentam o risco de violência e exploração. As vulnerabilidades específicas vivenciadas por essas mulheres e meninas se dão especialmente em situações de exploração sexual e trabalho forçado, estando também mais propensas a serem submetidas à violência física quando comparadas aos homens (OIM, 2024).

As restrições impostas às vias regulares de migração não se configuram como medidas neutras de gestão da mobilidade humana, mas expressam determinações estruturais inscritas na lógica capitalista que organiza os fluxos migratórios contemporâneos. Souza e Macedo (2016) argumentam que a dinâmica do mercado capitalista sustenta uma tensão permanente entre a ampla liberdade concedida à circulação do capital e os limites impostos ao deslocamento das pessoas.

Essa lógica contribui para compreender o endurecimento das políticas migratórias e a produção de trajetórias marcadas pela irregularidade e pela precarização das condições de inserção social, elementos que incidem de forma particular sobre mulheres migrantes ao ampliarem sua exposição a situações de violência, exploração e insegurança ao longo do processo migratório.

É nesse contexto que, conforme aponta Rosa (2019), mulheres migrantes passam a enfrentar uma série de violações de direitos humanos, incluindo a violência sexual, durante o percurso migratório ou no país de destino, elas costumam ser alvo de diferentes formas de

³ Entende-se por vias de migração regulares restritivas os mecanismos legais e institucionais que regulam a entrada e permanência de pessoas em determinado país, marcados por exigências burocráticas, critérios seletivos e limitações administrativas que dificultam o acesso à documentação formal de determinados grupos.

⁴ Entende-se por migrações irregulares os deslocamentos internacionais realizados fora das exigências administrativas estabelecidas pelos Estados como a ausência de documentação válida.



abuso e extorsão, sendo, muitas vezes, coagidas a realizar atos sexuais em troca de alimentos, abrigo ou documentos essenciais para a viagem. Tais situações evidenciam que as formas de violência que incidem sobre essas mulheres não podem ser compreendidas como episódios isolados, mas como expressões de relações sociais desiguais que atravessam a experiência migratória feminina.

Ainda de acordo com a autora, essa situação é agravada pela invisibilidade institucional, pois autoridades e agências humanitárias tendem a tratar os fluxos migratórios como uma massa homogênea masculina, falhando em implementar políticas de proteção que considerem as especificidades de gênero. A dificuldade de denúncia por parte das vítimas, associada à ausência de redes de apoio e às condições de insegurança vivenciadas, compromete tanto a produção de dados quanto o enfrentamento das situações de violência e desigualdade.

De acordo com ACNUR (2023), mulheres refugiadas, interiorizadas ou realocadas apresentam maior propensão, quando comparadas aos homens, a situações de desemprego ou inserção em ocupações informais. Além disso, as mulheres, especialmente as mulheres negras, recebem em média, salários inferiores aos dos homens. A análise desses elementos evidenciam como as relações de sexo, raça e classe se articulam na produção de vulnerabilidades específicas que atravessam a experiência migratória feminina.

Esses dados empíricos encontram respaldo na análise crítica das relações sociais de gênero, essas desigualdades não podem ser compreendidas como resultado de escolhas individuais ou de diferenças naturais entre homens e mulheres. Conforme afirma Saffioti (2015), “a desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais” (p. 75). Assim, as situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas mulheres migrantes expressam a reprodução de relações sociais desiguais, nas quais sexo, raça e classe operam de forma articulada, intensificando os efeitos da exploração e da exclusão no contexto do deslocamento.

A violência que atravessa a migração feminina não pode ser compreendida como um evento pontual ou restrito a determinados momentos do deslocamento, mas como uma expressão estrutural das relações sociais que organizam a sociedade capitalista, patriarcal e racista. Trata-se de uma violência que antecede a migração, acompanha os trajetos e se reatualiza nos contextos de chegada, assumindo diferentes formas conforme as condições materiais de existência das mulheres.

Nesse sentido, a migração não rompe com as desigualdades previamente vivenciadas, mas frequentemente as intensifica, uma vez que as mulheres migrantes permanecem inseridas em relações sociais marcadas pela exploração e violência. Assim, a análise das violências nos processos migratórios exige uma leitura que considere sua



produção social e histórica, articulando as determinações de classe, sexo e raça que estruturam essas experiências.

A chegada ao país de destino não representa, portanto, a superação das condições de vulnerabilidade que marcaram os trajetos migratórios. No Brasil, muitas mulheres migrantes passam a enfrentar novas formas de violência e precarização, atravessadas por práticas de racismo e xenofobia que incidem diretamente sobre suas possibilidades de inserção social. As dificuldades no acesso a direitos, à documentação, ao trabalho formal e às políticas sociais reforçam situações de instabilidade e dependência, mantendo essas mulheres em posições socialmente subalternizadas.

No Brasil, observa-se um crescimento expressivo da presença de mulheres migrantes, majoritariamente oriundas da América Latina, do Caribe e da África. Trata-se, em grande parte, de mulheres negras, pardas ou indígenas, inseridas em ocupações precarizadas e de baixa remuneração, o que evidencia a centralidade dos fluxos denominados Sul-Sul, distintos daqueles tradicionalmente analisados como migrações Sul-Norte (TONHATI; ARAÚJO, 2023).

Ao analisar a presença crescente de mulheres que migram da América Latina e do Caribe para o Brasil, as contribuições de Gonzalez (2020) permitem situar essas trajetórias nas determinações históricas que articulam raça, classe e sexo na região latino-americana, a autora evidencia que mulheres amefricanas e ameríndias ocupam posições específicas no interior do capitalismo patriarcal-racista dependente, vivenciando formas intensificadas de exploração que se expressam tanto nas condições materiais de existência quanto nas formas de subalternização social. Essa perspectiva possibilita compreender que as vulnerabilidades observadas ao longo dos deslocamentos não se restringem ao momento da migração, mas se relacionam com desigualdades estruturais que antecedem e atravessam essas experiências, contribuindo para uma leitura situada das migrações femininas no contexto latino-americano.

As dinâmicas migratórias contemporâneas também devem ser compreendidas à luz das transformações globais no trabalho feminino, Federici (2019) aponta que a reorganização da economia mundial integrou as mulheres à produção em escala global ao mesmo tempo em que manteve sobre seus corpos a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo, evidenciando a sobreposição entre produção e cuidado que marca as trajetórias femininas no capitalismo contemporâneo.

Ao chegarem ao país de acolhimento, muitas mulheres migrantes enfrentam desafios adicionais relacionados à responsabilização quase exclusiva pelo cuidado da família incluindo filhos, parceiros e parentes idosos e à necessidade de inserção imediata em atividades econômicas precárias, frequentemente sem conexão com sua formação ou



trajetória profissional ACNUR (2023). Essa combinação entre sobrecarga de cuidado e trabalhos precarizados expõe essas mulheres a situações recorrentes de exploração e dependência econômica, onde, em muitos casos, a dependência em relação ao companheiro reforça relações assimétricas de poder, o que pode levar a situações de violência.

Cisne (2018), ao analisar a articulação entre feminismo e marxismo, argumenta que o feminismo marxista oferece um marco analítico fundamental para compreender criticamente e combater as desigualdades sociais determinadas pela imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe, que configuram as múltiplas expressões da questão social, articuladas a uma ação política de luta que visa à emancipação humana. A emancipação das mulheres migrantes e refugiadas, nesse sentido, está vinculada à efetivação de direitos e à participação ativa nos processos de transformação social.

Dessa forma, embora relativamente recente o crescimento de pesquisas que consideram as especificidades das mulheres nos processos migratórios, bem como a centralidade da categoria “mulher” na análise das violências vivenciadas ao longo dos trajetos, o feminismo marxista oferece os instrumentos teórico-analíticos para a compreensão da origem dessas violências. Ao partir de uma leitura da sociedade capitalista e patriarcal, essa perspectiva permite compreender como tais opressões são socialmente produzidas e não se limita à explicação dos fenômenos, apontando também caminhos para o enfrentamento e a transformação dessas formas de violência.

III. CASAS DE PASSAGEM E MIGRAÇÃO FEMININA: TRANSITORIEDADE E DETERMINAÇÕES ESTRUTURAL

As casas de passagem configuram-se como dispositivos de acolhimento provisório destinados a pessoas sem abrigo, em situação de abandono ou em trânsito, incluindo aquelas que migram sem condições imediatas de garantir sua própria subsistência, são unidades de caráter emergencial e temporário, marcadas por fluxos rápidos e permanência limitada, uma vez que recebem majoritariamente indivíduos e famílias em deslocamento (BRASIL, 2019).

De acordo com (Da Silva; De Almeida, 2024), esses espaços visam assegurar dignidade e direitos humanos a pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, oferecendo proteção, abrigo temporário, alimentação, cuidados básicos de saúde e apoio psicossocial.

As casas de passagem aparecem, nesse contexto, como espaços centrais nos percursos migratórios de mulheres, configurando-se de forma contraditória, ao mesmo



tempo em que oferecem proteção diante a ausência de moradia, de renda e de redes de apoio, esses espaços são marcados pela transitoriedade, pela limitação do tempo de permanência e pela incerteza quanto aos desdobramentos futuros. Assim, as casas de passagem não podem ser compreendidas apenas como locais de proteção, mas como espaços que expressam as tensões e os limites das respostas oferecidas frente às desigualdades que estruturam a migração feminina. Nesse sentido, as casas de passagem se configuram como locais que podem oferecer algum grau de acolhimento, mas que também expressam novas dificuldades a serem enfrentadas.

Diante desse cenário, a experiência migratória de mulheres não pode ser compreendida apenas a partir dos deslocamentos em si, mas também a partir dos espaços que passam a compor seus percursos. Esses locais, compreendidos como equipamentos voltados à garantia de direitos e ao acesso às políticas de moradia, saúde, assistência e trabalho, bem como à orientação quanto à documentação, permitem compreender as condições estruturais que atravessam a migração feminina, apontando para uma leitura coletiva do fenômeno e aponta para uma análise crítica da sociedade.

Grande parte das mulheres migrantes chegam a esses locais sem redes de apoio consolidadas e sob a incerteza quanto à possibilidade de obter trabalho e renda, além de não terem garantias materiais mínimas, muitas chegam em estado de fragilidade psicológica em razão das violências enfrentadas ao longo do trajeto migratório. Dessa forma, torna-se necessário compreender o sofrimento não como expressão individualizada, mas como socialmente produzido, resultante das imbricações entre classe, sexo e raça.

É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, que, embora ainda se encontre em sua fase inicial, permitiu observar algumas particularidades relacionadas ao campo e à metodologia adotada. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter participante, que utiliza as rodas de conversa como principal estratégia de aproximação e produção de dados junto às mulheres migrantes acolhidas em uma casa de passagem.

Com base na concepção de pesquisa participante como ação formadora, transformadora e coletiva, a investigação propõe-se a construir relações horizontais e dialógicas com as participantes, reconhecendo suas experiências como centrais para a produção de conhecimento (Schmidt 2006). Nesse processo, a pesquisa se constrói de forma simultânea à convivência no espaço, o que faz com que o campo não seja apenas cenário, mas elemento ativo que atravessa tanto as experiências das participantes quanto o próprio fazer da pesquisa.

Foi nesse contexto que se realizaram os encontros semanais com mulheres migrantes no âmbito desta pesquisa. Ao longo desses encontros, foi possível perceber que a própria dinâmica da casa de passagem marcada pela transitoriedade e pela rotatividade



impacta diretamente as condições de realização da pesquisa, a permanência máxima de três meses das mulheres nesses espaços dificulta a construção de vínculo, demandando atenção a realização e objetivos de cada encontro, uma vez que o grupo se modifica continuamente.

Desse modo, as casas de passagem não aparecem apenas como local onde a pesquisa acontece, mas como parte constitutiva do próprio campo empírico. As condições do espaço, a transitoriedade e as limitações institucionais atravessam simultaneamente a experiência das mulheres e os desafios metodológicos da pesquisa, revelando que o fazer científico, nesse contexto, é inseparável das condições concretas em que ele se realiza.

Embora a pesquisa ainda esteja em fase inicial, os encontros realizados até o momento permitiram identificar algumas recorrências nas experiências das mulheres participantes. Entre elas, destacam-se narrativas atravessadas pela incerteza em relação ao futuro; muitas migram acompanhadas de seus filhos, expressam o desejo de retornar ao país de origem e relatam ter vindo ao Brasil com o objetivo de enviar recursos financeiros às famílias que permaneceram em seus países. Trata-se de mulheres que já passaram por diferentes cidades e países, vivenciando trajetórias marcadas pela mobilidade forçada e pela instabilidade.

Ao analisarmos as falas dessas mulheres e os dados observados ao longo dos encontros, torna-se evidente a responsabilização quase exclusiva pelo cuidado dos filhos, articulada à necessidade simultânea de garantir uma fonte de renda para a própria subsistência e para o apoio financeiro à família. Essa dinâmica caracteriza a dupla jornada de trabalho, na qual o trabalho reprodutivo se soma ao trabalho produtivo, geralmente exercido em condições precarizadas. Conforme afirma Federici (2017), o trabalho doméstico não é um resíduo pré-capitalista, mas um elemento estrutural da economia capitalista, pois é ele que produz e reproduz a força de trabalho sem custo para o capital, evidenciando como o capitalismo se sustenta na exploração invisibilizada do trabalho reprodutivo das mulheres.

Os achados iniciais da pesquisa indicam que as situações observadas no cotidiano da casa de passagem não constituem exceções ou particularidades do campo, mas expressões concretas das determinações estruturais analisadas ao longo do trabalho. As vivências relatadas pelas mulheres migrantes confirmam que as desigualdades de classe, sexo e raça operam de forma articulada, incidindo sobre o acesso ao trabalho, à renda e às redes de apoio. Nesse sentido, o feminismo marxista permite compreender que aquilo que se manifesta no plano empírico, como a sobrecarga do cuidado, a precarização do trabalho e a instabilidade material corresponde a processos socialmente produzidos, próprios do funcionamento da sociedade capitalista. Assim, a articulação entre teoria e campo não



apenas ilumina os achados da pesquisa, como também reafirma a centralidade de uma leitura crítica para a compreensão da migração feminina.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse cenário, a experiência migratória de mulheres deve ser compreendida não apenas a partir dos deslocamentos e trajetos percorridos, mas também dos espaços institucionais que passam a integrar seus percursos. Após trajetórias marcadas por violência, instabilidade e ausência de garantias, muitas mulheres chegam a equipamentos de acolhimento que se tornam, ainda que provisoriamente, parte central de suas condições de existência no país de destino, expressando as vulnerabilidades que atravessam suas experiências ao longo de todo o processo migratório. Esses espaços não são neutros, mas atravessados por contradições que expressam tanto a tentativa de proteção quanto os limites das respostas estatais frente às desigualdades que estruturam a migração feminina.

As análises desenvolvidas ao longo deste trabalho indicam que as casas de passagem ocupam um lugar significativo na trajetória das mulheres migrantes. Os resultados iniciais da pesquisa evidenciam que as vivências das mulheres migrantes estão marcadas por trajetórias de deslocamento contínuo, pela incerteza em relação ao futuro e pela necessidade simultânea de garantir a sobrevivência própria e de seus familiares. A responsabilização quase exclusiva pelo cuidado dos filhos, associada à inserção precarizada no trabalho, revela a persistência da dupla jornada de trabalho, que se intensifica no contexto migratório. Essas experiências, longe de serem compreendidas como situações individuais, expressam a articulação entre relações de classe, sexo e raça que estruturam a sociedade capitalista.

Ao situar as vivências das mulheres migrantes no interior das determinações sociais que produzem desigualdades e violências, essa perspectiva possibilita uma leitura crítica que rompe com explicações naturalizantes ou moralizantes do sofrimento. As categorias analíticas mobilizadas ao longo do trabalho permitiram compreender como o capitalismo, articulado ao patriarcado e ao racismo, produz condições específicas de vulnerabilidade para as mulheres migrantes.

A articulação entre o que foi observado nesse momento inicial da pesquisa de campo e o referencial teórico evidenciou que as casas de passagem não constituem apenas locais de acolhimento, mas espaços nos quais se materializam as contradições dos processos migratórios contemporâneos, ao mesmo tempo em que oferecem assistência e algum grau de segurança, esses espaços também expõem os limites estruturais enfrentados pelas mulheres migrantes.



Por fim, destaca-se que este estudo apresenta resultados iniciais de uma pesquisa em andamento, o que implica reconhecer seus limites e seu caráter provisório. Ainda assim, as análises aqui desenvolvidas apontam para a relevância de se aprofundar investigações que articulem sexo, migração e condições materiais de existência. A continuidade da pesquisa contribuirá para ampliar a compreensão dos processos que atravessam a migração feminina, bem como para fortalecer análises críticas comprometidas com o enfrentamento das desigualdades e as formas de resistência dessas mulheres.

Nesse sentido, reafirma-se a centralidade de análises comprometidas com a emancipação humana e com a transformação das condições materiais que estruturam a migração feminina, tal perspectiva evidencia que a superação das vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres migrantes não se limita à ampliação de políticas pontuais, mas demanda a transformação das relações sociais que sustentam a exploração e a desigualdade.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR).

Empoderamento econômico e prevenção da violência de gênero: desafios e oportunidades para mulheres e pessoas LGBTQIA+ refugiadas. In: *Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, v. 18, n. 18, p. 31-40, 2023

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias*. Brasília, DF, 2019. Atualizado em 4 dez. 2023. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/unidades-de-atendimento/servico-de-acolhimento-para-adultos-e-familias>>. Acesso em: 3 fev. 2026.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 132, p. 211–230, maio 2018.

DA SILVA, Alice Vitória Penedo; DE ALMEIDA, José Italo Silva. ANÁLISE DAS CASAS DE PASSAGEM E DINÂMICA NA TRÍPLICE FRONTEIRA (BRASIL, BOLÍVIA E PERU):: ESTUDO DE CAMPO EM ASSIS BRASIL, BRASILÉIA E EPITACIOLÂNDIA. *Revista (RE) DEFINIÇÕES DAS FRONTEIRAS*, v. 2, n. 7, p. 91-113, 2024.

FEDERICI, Sílvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Sílvia. Globalização e reprodução social. In: FEDERICI, Sílvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019. cap. 2.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.



ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). *World Migration Report 2024*. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://worldmigrationreport.iom.int/what-we-do/world-migration-report-2024-chapter-1/what-has-happened-migration>. Acesso em: 12 jan. 2025.

ROSA, Rita de Cássia Quadros da; HILLESHEIM, Betina; WEBER, Douglas Luís; HOLDERBAUN, Leticia Silva. Gênero, migração e vulnerabilidade: corpos de mulheres em deslocamento. *Revista Eletrônica Científica da UERGS*, Porto Alegre, v. 5, n. especial, p. 138–146, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP*, v. 17, p. 11-41, 2006.

SOUSA, T. R.; MACEDO, A. C. Fluxos migratórios, tráfico de mulheres e feminização da pobreza. *Argumentum*, Vitória, v. 8, n. 3, p. 67-77, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3inAzrw>. Acesso em: 21 fev. 2026.

TONHATI, Tânia; ARAÚJO, Aline. Mulheres, “um corpo no mundo”: migração feminina no Brasil. In: *Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*, v.18, n.18,p. 15-30. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2023.